

Cultura política: anotações sobre o conceito e os casos brasileiro e baiano¹

Lília de Souza²

Resumo: Efetuar um levantamento sobre a noção de cultura política, suas especificidades no Brasil, além de apontar luzes para o estudo deste conceito no atual contexto político baiano, é o que norteia o presente artigo. Busca-se, por meio da reflexão sobre a produção de autores brasileiros, identificar aspectos da cultura política tradicional no País, com seus traços de patrimonialismo, clientelismo e personalismo, dentre outros, categorias apontadas neste estudo como registro de uma “velha cultura política”. Esse levantamento tem como objetivo constituir o arcabouço para pesquisa sobre as bases e os limites da construção de uma possível nova cultura política na Bahia após a morte do ex-senador Antônio Carlos Magalhães (1927-2007), mais precisamente depois do enfraquecimento dessa liderança no Estado e a chegada do PT ao governo – em 2006, com a vitória do governador Jaques Wagner. A análise preliminar sinaliza uma tensão entre iniciativas que apontam para uma descontinuidade no padrão, do que aqui é tomado como uma “velha cultura política”, e práticas que remetem para a permanência de tais vícios, largamente consagrados no sistema político brasileiro.

Palavras-Chave: Cultura política, governo Wagner, carlismo

1. Introdução

O presente artigo tem o objetivo de efetuar um levantamento bibliográfico sobre o conceito de cultura política, em paralelo com a formulação existente a respeito das características específicas que constituem a formação da sociedade brasileira e de sua cultura política. A partir daí, pretende-se lançar luzes sobre caminhos que permitam empreender tal linha de

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Cultura política, comportamento e opinião pública, do IV Encontro da Compolítica, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 13 a 15 de abril de 2011.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, da Universidade Federal da Bahia (Ufba). Bolsista da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

investigação em um estudo localizado sobre a história recente da política na Bahia – que vai da hegemonia do grupo liderado pelo ex-senador Antonio Carlos Magalhães até o enfraquecimento deste bloco de poder, com a chegada da oposição ao governo estadual, tendo à frente o Partido dos Trabalhadores, vitorioso nas duas últimas eleições estaduais (2006 e 2010).

Desde 2002, o Brasil vive um processo de alternância de poder com a chegada à presidência da República de Luiz Inácio Lula da Silva. Apesar da vitória de Lula em 2002, foi só em 2006 que esse processo de alternância de poder foi coroado, de maneira completa, na Bahia, com a vitória do governador Jaques Wagner (PT) no primeiro turno, o que pôs fim à hegemonia de 16 anos ininterruptos do grupo carlista à frente da máquina estadual.

Estudos mostram que o grupo carlista se notabilizou no poder por meio do uso de mecanismos de coerção, cooptação e controle, aliados a aparato midiático familiar que construiu³. Ao lado disso, ainda, estudiosos registram o acentuado componente ideológico desse processo:

A construção da supremacia carlista na Bahia é processo contemporâneo aos de afirmação de sucessivos patamares de modernização econômica e de recepção, por um ambiente oligárquico secular, de novos elementos de dinamismo e exclusão social, cuja violência é mitigada pela atualização do antigo discurso da baianidade cordial. Aqui se inclui na obra de arquitetura política um componente ideológico singular e imprescindível à compreensão de como o carlismo, sem dispensar práticas mandonistas e clientelistas, combinou, em jargão gramsciano, dominação e hegemonia [DANTAS NETO, 2003].

No caso da Bahia, pode-se dizer que há uma descontinuidade de tais práticas mandonistas e clientelistas, como descritas por Dantas Neto na citação acima? Ou tais práticas, que na visão da presente autora podem ser elencadas como categorias que caracterizam uma “velha cultura política”, sobrevivem? De que forma? Centralismo, personalismo e autoritarismo seriam outras categorias carlistas que estariam sendo superadas pelo grupo que ora comanda a política no Estado? Ou não? Todas essas são questões para serem respondidas no decorrer de uma investigação que se desafia a isso. Por ora, o artigo se concentrará apenas na análise dos conceitos que formarão a base desse estudo.

³ Ver Rubim (2002), Poder, mídia e política na Bahia

2- O que vem a ser cultura política?

Data dos teóricos clássicos o tema da relação entre cultura política e regime político. Entre aqueles mais destacados, encontram-se Montesquieu, Rousseau, Tocqueville e Weber. Após a década de 1980-1990, os principais autores a retomar os estudos sobre cultura política são Inglehart e Robert Putnam.

Mesmo separados por um lapso de tempo significativo, esses autores convergem para o princípio de que a difusão de determinados padrões culturais na sociedade constitui a base para o desenvolvimento de atitudes e comportamentos que dão sustentação aos regimes políticos [BAQUERO e PRÁ, 2007: p. 19].

Segundo definição corrente no dicionário de Bobbio (2000: 306), cultura política é o “conjunto de atividades, normas, crenças, mais ou menos largamente partilhados pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objetos fenômenos políticos”. O conceito é fruto de estudo dos americanos Almond e Verba (1963), que fundaram a discussão sobre o tema. Eles definiram cultura política como o “conjunto de tendências psicológicas dos membros de uma sociedade em relação à política” [BOBBIO, 2000: 306].

Bobbio traz a definição de três tipos de cultura política postuladas por Almond e Verba. A *parochial political culture* caracteriza sociedades simples, “onde os papéis e as instituições de cunho especificamente político não existem ou coincidem com os papéis e as estruturas de caráter econômico e religioso” [BOBBIO, 2000: 306]. O segundo tipo trata-se da chamada “cultura política de sujeição”, que:

...existe quando os membros da sociedade estão voltados essencialmente para o sistema político em seu conjunto, mas atentos principalmente aos aspectos de *output*, ou de saída, do sistema, isto é, na prática, ao aparelho administrativo incubido da execução das decisões. Aqui as tendências são do tipo acentuadamente passivo e esta cultura corresponderia principalmente aos regimes políticos autoritários [BOBBIO, 2000: 306].

Já o terceiro tipo de cultura política é a chamada “de participação”. Esta supõe a posição ativa de cada cidadão, e abrange os conceitos de adesão, apatia e alienação. Apesar da existência desses três conceitos, observa-se que os tipos acima esboçados são meros tipos teóricos, só possíveis em caso de uma cultura política absolutamente homogênea. “Em lugar disso, na

prática, só se encontram culturas políticas do tipo misto, resultante da combinação de diversas tendências acima descritas” [BOBBIO, 2000: 307]. Ou seja, a cultura política é algo heterogêneo. Ela é “constituída por um conjunto de subculturas, isto é, por um conjunto de atitudes, normas e valores diversos, amiúde em contraste entre si” [BOBBIO, 2000: 307].

Na avaliação de José Álvaro Moisés (1995), há três interpretações da noção de cultura política mais correntes na Ciência Política. A primeira busca explicar a estabilidade ou a mudança dos regimes políticos em termos do suposto “caráter nacional” dos povos. Conforme Moisés, “o foco que unifica essa literatura é a ideia de que existe uma configuração particular de valores, crenças e práticas que, resultantes de características inatas e de atributos naturais de cada povo ou raça, constituem a cultura de cada nação” [MOISÉS, 1995: 87].

A segunda abordagem é a de tradição marxista, que nega autonomia para o fenômeno das idéias, dos valores e das ideologias, já que este seria determinado pela infra-estrutura. De acordo com Moisés, “a versão que predominou na tradição marxista ocidental é aquela que vê a cultura política como uma variável dependente”. Contudo, Moisés ressalta que o pensamento de Gramsci (1971) mudou isso, ao introduzir o conceito de hegemonia política e sugerir que a constituição de um bloco histórico, ou seja, de um “modelo político-cultural abrangente pelo qual as elites dirigentes procurariam exercer influência e poder na sociedade”, começa exatamente no terreno das ideologias, esfera onde os homens (as classes) adquirem consciência da sua realidade [MOISÉS, 1995: 89].

Já a terceira abordagem destacada por Moisés consiste na elaborada por Almond e Verba (1963), fundadores do conceito de cultura política. De acordo com Moisés, surgiu como uma “reação às deficiências empíricas ou ao caráter ‘acientífico’ dos modelos analíticos que predominavam na Ciência Política norte-americana até os anos 40”. Tais autores, cujo ponto de partida foi o estudo da “cultura cívica” da democracia, criticaram o enfoque “institucionalista” daqueles modelos, beneficiando-se do desenvolvimento do “behaviorismo” e das pesquisas de opinião pública que se encontravam em pleno desenvolvimento desde os anos 30 e 40 [MOISÉS, 1995: 91].

Os estudiosos americanos efetuaram esse estudo a partir de coleta de dados em cinco países diferentes (Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha Federal, Itália e México). Por meio disso,

concluíram que “a cultura cívica”, ou seja, padrões político-culturais mais propícios à emergência, consolidação e estabilização da democracia, “deve combinar a participação política convencional com atitudes de moderada deferência do público de massa diante das autoridades”. Os cidadãos que representam o padrão típico da cultura democrática participam, de um lado, da política por meio da escolha de governos de suas sociedades através de eleições, e por outro, confere às elites políticas a tarefa de fato governativa – padrão que se inspira no modelo liberal ou anglo-saxão de democracia e o reforça. A partir dessas reflexões, Almond e Verba deixaram transparecer uma clara preferência ideológica pelo liberalismo, motivo pelo qual sofrem críticas [MOISÉS, 1995: 92].

Na mesma linha ressaltada acima, algumas críticas ao conceito original de cultura política, introduzido pela obra fundadora *The Civic Culture*, são trazidas por Castro (1998: 32) ao trabalhar com esta formulação teórica.

A principal e a mais séria crítica diz respeito aos pressupostos da obra *The Civic Culture*: a postulação de um determinado tipo de cultura política como requisito necessário e absoluto para a constituição e consolidação da democracia, no caso, a cultura cívica existente nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha (Pateman, 1989). Essa perspectiva não considera que as diferentes culturas políticas são fruto de diferentes experiências históricas e que não necessariamente caminham para a mesma conformação institucional. Além disso, coerente com a Ciência Política americana da época do pós-guerra, Almond e Verba defendem a democracia liberal como modelo ideal de sociedade.

Ainda sobre o conceito original de cultura política, Moisés considera “problemático” sustentar que o funcionamento das instituições políticas não influencia a cultura política. “Implicaria em tratá-la como um *deus ex machina*, isto é, como se a existência de valores políticos pudesse ocorrer sem a necessidade de identificarem-se as suas causas”, argumenta. Contudo, o autor também discorda que a resposta à questão seja limitada somente à simples existência das instituições. Na opinião de Moisés, tal visão “tampouco ajuda a resolver o problema de saber por que os atores políticos decidem construir certas instituições e não outras ou por que dão a elas determinado sentido e não outro diferente” [MOISÉS, 1995: 93].

Moisés trata a cultura política não como um fator que independe de outros elementos, mas como uma variável “interveniente”. Esta, por meio da articulação em grau de maior ou menor intensidade, seja com variáveis estruturais e instrumentais como com aquelas políticas especificamente, “contribui de modo decisivo para explicar por que um regime político se consolida, ganha continuidade no tempo e adquire (ou não) estabilidade”. [MOISÉS, 1995: 97-98].

Baquero e Prá (2007: 18) destacam que o termo cultura política surge para cobrir a lacuna de estudos que integrem várias dimensões que digam respeito às questões de governabilidade, legitimidade, entre outras, explicativas da crise econômica, social e política, com o objetivo de elucidar a relação entre atitudes, comportamentos e sistemas políticos. A “cultura política se refere ao processo pelo qual as atitudes e as orientações dos cidadãos são estruturadas em relação ao sistema político e as instituições de uma maneira geral” [ALMOND e VERBA: 1963 apud BAQUERO e PRÁ, 2007: 18].

Esmiuçando mais o conceito, Baquero e Prá enfatizam que a cultura política “é produto tanto da história coletiva do sistema político como da história de vida dos membros desse sistema. Sendo assim, está enraizada nos acontecimentos públicos e nas orientações privadas” [BAQUERO e PRÁ, 2007: 22-23]. Apesar de algumas críticas apontadas, Castro (1998) considera que a proposição dos fundadores do conceito de cultura política:

...possui tal força argumentativa, que muitos estudiosos contemporâneos continuam a basear os seus trabalhos, mesmo implicitamente, na necessidade da constituição de uma cultura cívica nos moldes das encontradas por Almond e Verba em seu estudo de 1963 [CASTRO, 1998: 32-33]

A partir da leitura de Turner (1995), Castro (1998: 33) destaca que, apesar de não haver um consenso na literatura pertinente, uma série de autores defende a necessidade de ser realizada uma adequação dos conceitos originais de cultura política, aproximando-os da realidade latino-americana. Entre os brasileiros, Castro aponta a existência de tal preocupação na obra de Baquero, em sua tentativa de estudar a cultura política da América Latina, na de Faoro (1987) e na de Schwartzman (1988). Com distintos enfoques, estes autores “dão elementos para que se possa entender como os fatores de formação política, econômica e social do Brasil afetam as atitudes políticas nos dias de hoje” [CASTRO, 1998: 33]. De toda sorte:

...se as proposições de Almond e Verba não conseguiram dar conta das inúmeras realidades, inauguraram uma nova forma de analisar e explicar a política. A partir daí, a evolução do debate teórico sobre o tema, bem como a possibilidade e a disseminação de novos estudos empíricos, permitiu que hoje se possa falar em uma teoria de cultura política que vai além da classificação proposta em 1963. [CASTRO, 1998: 34].

Não por acaso, Almond, em obra posterior, como uma espécie de autocrítica, afirmou que “political culture is not a theory; it refers to a set of variables which may be used in the construction of theories” [ALMOND, 1989:26 apud CASTRO, 1998:34]. Autores como Castro incorporaram, dessa forma, outros conceitos ao de cultura política a fim de efetuar suas análises. Entre os quais, encontra-se o de hegemonia, de Gramsci. Castro (1998: 44) argumenta que o conceito de hegemonia é pertinente “porque incorpora a dimensão do poder ao debate de cultura política, usualmente não considerado nas análises”.

3- Marcas da cultura política no Brasil

Alguns estudiosos têm observado a existência na sociedade de uma tolerância difusa ao fato de diversos segmentos sociais não efetuarem de maneira adequada a distinção entre o público e o privado, fato este que recai na privatização da dimensão pública. Tal expediente é o que Weber (1991) denomina de “patrimonialismo”.

Segundo Lima (1996), os principais traços da cultura política brasileira aliados a esse ranço do patrimonialismo – que é a disposição de obscurecer as fronteiras entre o público e o privado – afetam diversos segmentos, independentemente das classes sociais. Nesse ínterim, Roberto da Matta (1981) destaca o famoso “jeitinho” e a chamada “cidadania à brasileira”, expressão da arrogância que é exercida no cotidiano das interações sociais.

Em uma das principais obras para a compreensão da formação do Brasil, com base nos conceitos de “patrimonialismo” e “burocracia” de Weber, Sérgio Buarque de Holanda (1995) traça o quadro brasileiro, analisando a colonização da América e suas raízes ibéricas. Nesta colonização encontra as origens mais remotas do tradicional personalismo, de que provêm “a frouxidão das instituições e a falta de coesão social” no Brasil, como assinala Antonio

Cândido no prefácio da obra [HOLANDA, 1995:13]. Essa frouxidão é o oposto do que caracteriza conceitualmente o Estado:

Para o funcionário ‘patrimonial’, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos [HOLANDA, 1995:146].

Além da clássica obra de Sérgio Buarque de Holanda, sem dúvida, seminal para compreender o Brasil, a cultura política brasileira é objeto de reflexão desde outros trabalhos pioneiros, como os de Oliveira Viana (1930, 1978), Alberto Torres (1993), Gilberto Freire (1978). Em geral, ela tem sido descrita:

como um conjunto rígido de padrões político-culturais, dotado de forte capacidade de continuidade, combinando traços herdados das raízes “ibéricas” do país – isto é, um sistema de valores autoritários, hierárquicos e plebiscitários – com componentes “estadistas” e antiliberais resultantes do processo de formação do Estado [MOISÉS, 1995: 105].

Tal quadro garantiria aos dirigentes do Estado, independentemente de sua orientação política, “margens excessivamente amplas de atuação a salvo de mecanismos de controle pela sociedade” [MOISÉS, 1995: 106]. As traduções dessa cultura política são bem conhecidas, destaca Moisés: clientelismo, populismo, atitude deferencial diante das autoridades, manipulação, apatia política e, por último, antipartidismo e anti-institucionalismo. Moisés observa ainda que as interpretações mais usuais apontam a continuidade de um sistema político baseado no Executivo centralizado [MOISÉS, 1995: 107]. Além disso, supõem:

a preservação de arranjos institucionais que, na prática, esvaziam os partidos políticos, retiram-lhes importância na disputa por recursos de poder e, ao mesmo tempo, restringem a eficácia, seja das instituições de representação – limitadas, em grande parte, a mera função de ‘equilíbrio’ entre oligarquias regionais–, seja das instituições privadas ou semiprivadas da sociedade civil, como sindicatos, grupos de pressão, etc (Lamonier, 1989a; Moisés, 1989a)” [MOISÉS, 1995: 107].

Lamonier e Souza (1994) apontam que a cultura política é causa e consequência do funcionamento do sistema político. Os autores consideram que a cultura política brasileira é de ordem “patrimonial”. O Estado, por estas plagas, estruturou-se desfrutando de elevado grau de autonomia frente à sociedade. Nesse contexto, as raízes de uma cultura política de

subordinação popular vêm do período colonial, da economia agrícola, baseada na monocultura e no trabalho escravo, que vigoraram até o fim do século XIX. Não por acaso, Faoro (1987) destaca que no Brasil, talvez em toda América Ibérica, a estrutura patrimonialista resiste ao longo dos diversos governos.

Para Martins (1994), a “política do favor” constitui a base do Estado brasileiro. E entre as características principais dessa política está exatamente a impossibilidade de separar os interesses público e privado.

Segundo Castro (1998:39), no que diz respeito à América Latina, de maneira recorrente, os estudos sobre cultura política e democracia (Baquero, Castro, 1996; Castro, 1996; Moisés, 1995; Pontes, 1995; Baquero, 1994; Catterberg, 1991; Echegaray, 1989; Bruner, 1987) têm indicado a existência de um padrão que combina atitudes e comportamentos políticos autoritários com democráticos. Na análise do autor, há um paradoxo da democracia na América Latina. Este é resultado da “contradição entre a defesa de um sistema que privilegia ou entende a participação política como um sistema de voto e a existência de uma sociedade que exclui pela desigualdade social” [CASTRO, 1998: 44]. Além disso, considera o autor, a defesa de procedimentos democráticos, no País, diz respeito apenas a uma democracia enquanto forma, não enquanto conteúdo.

Nunes (1917) é mais um autor que ressalva o fato de o capitalismo moderno ter acontecido no Brasil em contexto distinto daquele que prevaleceu nos países que se industrializaram cedo. De tal modo, o clientelismo continua vigorando como um importante aspecto das relações políticas e sociais no país. “Os arranjos clientelistas não foram minados pela moderna ordem capitalista – permaneceram nela integrados de maneira conspícua”, observa [NUNES, 1997: 26]. Com instituições formais do Estado “altamente impregnadas por processo de troca de favores”, são poucos os procedimentos no rol da burocracia que acontecem sem a chamada “mãozinha”. [NUNES, 1997: 33].

Em *Gramática Política do Brasil, clientelismo e insulamento burocrático*, Nunes (1997: 17) reflete que o País, no processo de adoção do capitalismo moderno, teve de criar muitas instituições novas em um período de tempo “relativamente curto”. Analisa também que, contradizendo os diagnósticos de Weber e Polanyi, “nem todas instituições foram penetradas pela lógica impessoal das modernas relações de mercado”.

Apesar de todos esses traços negativos apontados por diversos autores, que constituem o caldo da cultura política brasileira, Moisés (1995) acredita que tal visão conflita em muitos aspectos com desenvolvimentos políticos mais recentes. O autor fala sobre a “emergência de uma nova cultura política” e aponta que, apesar dos percalços, o processo de democratização entre as décadas de 80 e 90 “revelou-se exemplar da dinâmica de interação entre a opção democrática das elites ‘relevantes’ e a formação de consenso democrático mínimo entre o público de massa” [MOISÉS, 1995:107]. A hipótese de Moisés é a de que o complexo de atitudes e de orientações que diferencia a atual cultura política brasileira não seria tão rígido como afirmam os autores da literatura mencionada. Neste caminho, considera:

...descartando o pressuposto de que a herança ‘ibérica’ tenha capacidade de sobreviver às transformações econômicas, sociais e políticas verificadas no país nos últimos 30 anos, sustenta-se que, a partir da experiência do autoritarismo e da crise política que lhe correspondeu, mudanças extremamente importantes estão ocorrendo nos padrões político-culturais vigentes no país [MOISÉS, 1995:109].

Entre essas mudanças, Moisés considera a “formação de uma opinião pública mais atenta aos processos políticos”, “um maior reconhecimento da importância das instituições democráticas” e a “preferência pelo regime democrático em contraposição ao modelo autoritário” [MOISÉS, 1995:109]. Contudo, devido à permanência de desigualdades econômicas, sociais e regionais e à manutenção ou formação de novas e velhas identidades sociais e políticas, o autor, por fim, afirma:

...mais apropriado do que falar da emergência de uma cultura política nacional no período pós-autoritário, faz mais sentido referir-se a tendências distintas, às vezes até contraditórias, convergindo na formação de diferentes subculturas políticas, tanto nas regiões do país, como no âmbito da diversidade caracterizada por aspirações, perspectivas e interesses de grupos e classes sociais [MOISÉS, 1995:110].

Em suas considerações finais, o autor aponta que “ao lado das transformações democráticas da estrutura política estão ocorrendo, também, profundas mudanças na cultura política dos brasileiros [MOISÉS, 1995:152]. Entretanto, segundo Moisés, tais mudanças encontram um “limite bem claro nos efeitos das desigualdades típicas da sociedade brasileira, nas conseqüências do caráter incompleto do processo de modernização e nos resultados da ação claramente insuficiente das lideranças políticas que comandaram a democratização do país”

[MOISÉS, 1995:153]. Logo, acredita Moisés que, ao lado de mudanças significativas, percebe-se, ao mesmo tempo, “clara tendência a favor das continuidades”.

4- Nova cultura política na Bahia?

Após a ditadura militar, a partir de 1985, a política na Bahia vinha se caracterizando, sobretudo, pela polarização entre carlismo e setores diversificados de oposição a esta corrente. No entanto, esse cenário de polarização mudou – na última eleição municipal de Salvador, em 2008, não houve mais uma polarização entre carlismo e anticarlismo.

Além disso, a partir de 2004, com a vitória do prefeito João Henrique (à época PDT), a capital passou a presenciar a chegada ao poder de partidos do centro e da esquerda. Depois de 1985 e antes de 2008, a única exceção a esta polarização entre carlismo e anticarlismo se deu na eleição de 1988 para a prefeitura de Salvador, onde concorreram Fernando José (PMDB), um anticarlista moderado, eleito prefeito, e Virgildásio Sena (PSDB), um anticarlista mais progressista. Em terceiro lugar, naquela ocasião, ficou o carlista à época Edvaldo Brito, que era do PFL – eleito, em 2008, vice-prefeito de Salvador pelo PTB.

O ano de 2010 foi marcado pela primeira eleição presidencial sem a presença do personagem que, anos a fio, depois de colocar de lado outras oligarquias na Bahia, construiu um bloco de poder que ditou os rumos do Estado, seja através da coerção, seja por meio de cooptação ou da exploração de uma baianidade, expressão conceituada pelo sociólogo Milton Moura, professor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Ufba, como um “apelo veemente ao consenso”⁴. É a conjunção de todas essas mudanças ocorridas no cenário político baiano nos últimos anos que suscita e instiga esta investigação sobre a cultura política no Estado após o enfraquecimento do carlismo e a vitória do governador Jaques Wagner, em 2006.

A polarização entre carlismo e anticarlismo, que prevaleceu na cultura política baiana por décadas, tem como raiz o monopólio que o grupo de ACM foi constituindo no cenário político e cultural baiano, causando a exclusão dos demais grupos por meio da habilidade de ir derrotando todas as demais oligarquias.

⁴ Consideração feita por Milton Moura durante banca de apresentação da monografia de final de curso da então estudante de jornalismo da Ufba Adriana Jacob.

Em sua performance de ‘fênix’, o carlismo reforçou a dimensão paroquial do seu discurso, usando a imagem de maus baianos para estigmatizar os adversários vencidos, apelando aos brios de uma baianidade ferida por fracassos administrativos e anunciando uma nova era de reconstrução e progresso (*ação, competência e moralidade*) para a Bahia, que passaria a ser uma virtual ilha de prosperidade num país tomado pela recessão e por uma crise de credibilidade política” [DANTAS NETO, 2000: 77].

Através do amplo uso de mecanismos coercitivos, seja de cooptação ou controle, ACM conseguiu montar uma máquina midiática familiar, quando ministro das Comunicações do governo Sarney, a partir de 1985. Foi assim que constituiu o carlismo enquanto grupo de um único líder, como denominou Vasconcelos (2000). Contudo, o modelo carlista foi ruindo, inclusive com a perda do comando absoluto pelo ex-senador, com a ascensão de outras lideranças criadas no grupo do antigo PFL, como o ex-governador Paulo Souto (hoje DEM). Vale registrar, ainda, que o processo de enfraquecimento da liderança de Antônio Carlos Magalhães se iniciou bem antes de sua morte, em episódios como o da fraude do painel do Senado, sendo coroado, entretanto, somente com a vitória, no primeiro turno, do governador Jaques Wagner (PT), nas eleições de 2006.

4.2 – Governo Wagner: sinais de mudança ou continuidade na cultura política?

O governador Jaques Wagner, em diversas declarações à imprensa, costuma destacar a existência, na atualidade, de “um novo momento” na política baiana, que estaria marcada pelo respeito aos ideais republicanos. Depois de sua segunda vitória ao governo estadual, nas eleições de 2010, o petista falou de uma “nova hegemonia” no Estado.

É exatamente esta alternância de poder de que fala o governador Jaques Wagner, presente na política baiana nos últimos anos, que provoca a curiosidade em efetuar uma investigação sobre possíveis mudanças ou continuidades na cultura política baiana após a construção desse processo de hegemonia do PT no Estado e o seu domínio da máquina estadual. Tal empreendimento, decerto, exige a realização de uma pesquisa empírica a partir de um recorte analítica que responda a essa questão. Por ora, o objetivo deste artigo é apenas lançar alguns elementos para consubstanciar uma análise qualitativa. De forma preliminar, contudo, é

possível afirmar que se fazem presentes ainda, neste novo momento, alguns traços que podem ser identificados com o registro de uma “velha cultura política”, já que não fazem a devida distinção entre o público e o privado.

Nestas últimas eleições, o PT do governador Jaques Wagner buscou nas hostes do carlismo o vice de sua chapa – Otto Alencar (PP), ex-governador e secretário de Estado aliado de Antonio Carlos Magalhães. Além disso, o governador moveu grandes esforços no sentido de atrair para sua chapa majoritária outro peso-pesado oriundo do carlismo, o ex-senador César Borges (PR), contudo não obteve êxito devido a desentendimentos entre o PT e o PR sobre a formação de coligação proporcional.

Os antecedentes da disputa eleitoral indicaram um investimento dos postulantes ao governo do Estado na potencialização do uso da máquina pública, para consolidar seus projetos. Isto ficou evidenciado em algumas situações de explícito direcionamento do bem público para beneficiar aliados políticos em detrimento de adversários. Do total de recursos transferidos às prefeituras baianas pelo Ministério da Integração, desde março de 2007, quando Geddel Vieira Lima (PMDB) virou ministro, 80,8% foram direcionados para municípios administrados pelo próprio PMDB. No ano de 2008, Geddel beneficiou em 75% os prefeitos do PMDB; no de 2009, em 88%⁵.

No campo do governo estadual, há exemplos na mesma linha, além do empenho do governador Jaques Wagner para acelerar inaugurações. No que diz respeito a transferências diretas de recursos para investimentos, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado (Sedur), gerida pelo PT, de janeiro até julho de 2009, privilegiou municípios de prefeituras dirigidas pelo próprio partido, segundo dados levantados no portal do governo na internet Transparência Bahia. De R\$ 6.723.059, um total de R\$ 5.635.534,54 foram repassados para o PT⁶.

Em Quijingue, município administrado pelo DEM, tratores enviados pelo Derba (Departamento de Estradas e Rodagens da Bahia), no início de agosto de 2009 – frutos de um convênio assinado com o governo e a prefeitura–, foram estranhamente tomados de volta pela

⁵ *Geddel beneficia seus partidários de olho nas eleições de 2010* (Jornal A TARDE, 03/04/2010), matéria de Vítor Rocha.

⁶ *Prefeituras petistas lideram em convênios com Sedur* (Jornal A TARDE, 07/08/2009), matéria de Regina Bochicchio

administração estadual. O fato levou até o presidente do próprio PT de Quijingue, José Barbosa Júnior, a mandar um e-mail ao secretário das Relações Institucionais à época, Rui Costa, questionando o procedimento adotado. “Não vejo motivo para a suspensão das máquinas, até porque é para beneficiar o município e sua população e não o prefeito. Não podemos fazer política contrária tão equivocada”, escreveu. Para completar, o presidente do PT deu a seguinte lição: “Esta atitude produzirá munição para o DEM (que poderá usar em todo o Estado) e o PMDB usar como perseguição, ao passo que provocará desgaste ao governo Wagner e a essa secretaria pelo triste ato de desrespeito às instituições”⁷.

O cientista político Jorge Almeida, professor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Ufba, avalia a recorrência do uso da máquina administrativa direcionando-a para o privilégio de aliados políticos que detêm mandatos. “A máquina do Estado, que deveria estar a favor do bem-estar da população como um todo, está escancaradamente a serviço de interesses eleitorais de grupos”, afirma⁸.

Destas duas situações descritas acima, que remetem à prática de uma velha cultura política, surgem a pergunta: a relação do governo Wagner com os partidos e a base aliada vem sendo marcada pelo pluralismo? Fica, aqui então, lançado o desafio de como responder a essa indagação.

Algumas questões lançam luz para a reflexão sobre este aspecto, que trata da relação do governo com os partidos e prefeituras. Por exemplo, o conselho político, instalado em dezembro de 2007 pelo governo com o objetivo de ser um fórum de discussão e debate entre os partidos aliados, só veio fazer sua segunda reunião em novembro de 2009, já depois da saída do PMDB da base. A proposta do conselho, se tivesse sido efetivada, poderia ser vista como uma sinalização de uma nova prática política, mais descentralizada. Por conseqüência, poderia também remeter à idéia sobre uma possível maturação de uma nova cultura política. Contudo, como não funcionou, a questão é saber o porquê de não ter sido concretizado durante a primeira gestão do governador.

⁷ *Perseguição em Quijingue* (Jornal A TARDE, 05/08/2009), nota da coluna *Tempo Presente*, assinada pelo jornalista Levi Vasconcelos.

⁸ *Pré-candidatos põem pé na estrada na Bahia* (Jornal A TARDE, 23/08/2009), matéria de Lília de Souza

Ainda em torno desse tema, ganhou destaque, na imprensa, o repasse que o Estado fez às prefeituras, de R\$ 181,5 milhões, em transferências voluntárias, em somente seis meses e dois dias, durante época eleitoral – volume de recursos que superou o montante realizado em três anos de gestão, correspondendo a 85% do total de contratos celebrados pelo governo neste período⁹. Além disso, o governo Wagner concentrou os repasses em municípios governados por partidos aliados. “Das 22 cidades que mais receberam repasses do governo do Estado, 17 são administradas por partidos aliados: 15 pelo PT; uma pelo PR e outra pelo PP. Entre as administradas pela Oposição, PSDB e PMDB apresentam duas prefeituras cada e o DEM pontua apenas com Feira de Santana”, informa a reportagem, produzida a partir de levantamento feito pela Liderança da Minoria da Assembleia Legislativa da Bahia, com base em informações colhidas no Diário Oficial do Estado e no Portal da Transparência Bahia (www.senhaaberta.ba.gov.br).

É neste cenário, onde ocorreu alternância de poder nos últimos anos, que se mostra salutar a reflexão sobre até que ponto se pode identificar, de fato, sinais de mudança na cultura política. Em que medida se vislumbra uma reconfiguração na cultura política baiana contemporânea? Mecanismos de coerção, cooptação e controle, altamente utilizados durante o mando do grupo carlista, sobrevivem de que forma?

A primeira coisa que deve ser observada em tal esforço é atentar para a complexidade do tema, daí a necessidade de aprofundar uma análise qualitativa sobre o problema, que apresenta uma multiplicidade de elementos, na maioria das vezes contraditórios. Os últimos episódios salientados pelo presente artigo, em geral, se afinaram ao que a autora classifica como práticas de uma “tradicional” ou “velha cultura política” no Estado.

Encontram-se, entretanto, também elementos que poderiam indicar um caminho contrário ao da “velha cultura política”. Por exemplo, o governo Wagner comemora o que seria uma descentralização do Estado por meio de uma maior participação da sociedade civil. Foram realizadas 28 conferências setoriais com diversos segmentos da sociedade. Discutiu-se o Plano Plurianual (PPA) com 40 mil pessoas dos 26 territórios de identidade. Tais dados, em

⁹ *Estado repassa R\$ 181,5 milhões em 6 meses e dois dias* (Jornal A TARDE, 25/07/2010), matéria de José Lopes.

si, indicariam, a princípio, uma sinalização para mudanças na cultura política, já que tal traço – o da participação popular nas decisões de governo– não é identificado como uma marca das gestões carlistas, em geral marcadas pelo centralismo e personalismo.

Contudo, só esses indicadores não bastam para afirmar que está estabelecido, de fato, um diálogo permanente com os movimentos sociais e populares. Chegar a uma afirmação como esta requer uma investigação mais detalhada sobre, por exemplo, a organização, as resoluções e aplicabilidade destas 28 conferências realizadas pelo primeiro governo Wagner, a fim de avaliar a situação e refletir se tais mecanismos apresentam resultados práticos.

Ainda no rol dos pontos, a priori, positivos com vistas a mudanças na cultura política tradicional, presentes na atual gestão petista, ressalta-se uma maior transparência com os gastos públicos do Estado. Para além de fornecer a senha aos deputados para o acesso às contas do governo estadual, a gestão Wagner criou o site da Transparência Bahia. O portal, lançado em 2007, permite à população o acompanhamento dos recursos e pagamentos do Estado às empresas ou pessoas físicas fornecedoras ou prestadoras de serviço. Vale lembrar que, por anos a fio, durante o mando carlista, a luta pela senha foi batalha inglória da bancada de oposição, sempre negada pelo Executivo.

5- Considerações Finais

Uma visão preliminar sobre a cultura política na Bahia após a morte do ex-senador Antônio Carlos Magalhães (1927-2007) e a chegada do PT ao governo do Estado, em 1996, sob o comando do governador Jaques Wagner, sinaliza a existência de uma tensão entre iniciativas que apontam para a descontinuidade no padrão do que aqui é tomado como registro de uma “velha cultura política” e práticas que remetem a estes velhos vícios já consagrados no sistema político brasileiro, cuja raiz foi destrinchada por diversos autores que tiveram seus pensamentos desenvolvidos ao longo deste texto. Tal registro, de uma “velha cultura política”, aqui considerado dessa forma, é aquele que, sobretudo, não distingue a esfera pública da privada, traço marcante no processo de formação da sociedade brasileira, como mostrado neste trabalho.

Desta forma, ao passo que a gestão petista cria mecanismos no Estado que visam a transparência na gestão dos gastos públicos, os mesmos mecanismos, acionados, atestam casos de flagrante direcionamento de benefícios e vantagens para aliados políticos, em detrimento de adversários. Favorecimentos que sinalizam continuidade de velhas práticas, outrora contestadas pelos grupos que hoje exercem a hegemonia na política estadual, tendo o PT como condutor.

Mesmo realizando as devidas ponderações sobre as mudanças de contextos, é preciso reconhecer como salutar a disponibilização da senha das contas do governo para a bancada de deputados e a criação do Portal Transparência Bahia. Apesar de algumas limitações em sua plataforma já terem sido apontadas – a Ong Transparência Brasil, em análise do portal a pedido do Jornal A Tarde, constatou deficiências –, o Transparência Bahia não deixa de ser um mecanismo importante para o aperfeiçoamento da democracia no Estado e construção de uma nova cultura política, na medida em que confere uma maior publicidade às movimentações financeiras do poder público.

Quanto à questão da abertura do Estado para a sociedade civil, mediante a realização de conferências, por exemplo, com diversos segmentos sociais, é algo que precisa ser melhor investigado para poder se vislumbrar ou não uma sinalização de descontinuidades no padrão da cultura política. Isto porque a informação sobre a mera realização dos eventos, a maioria inéditos, não garante, contudo, que esteja efetivado um processo de diálogo permanente com esses segmentos mobilizados. Pode ser apenas uma maneira de mantê-los sob controle, de modo que estes legitimem a ação governamental.

É fato que a pragmática eleitoral apresentada pelo governador Jaques Wagner, depois do rompimento com o PMDB, mostrou-se eficaz na recomposição de sua base. Ele conseguiu a adesão de partidos como o PP e o PDT e a cooptação de muitos filhos do ninho carlista, como seu próprio vice na chapa, o ex-governador Otto Alencar. E para atingir tal objetivo, utilizou-se dos mecanismos disponíveis de sempre, ou seja, disponibilização de cargos e espaços de poder no Estado, em geral, o ponto de partida para os arranjos político-partidários na cultura política do País. Depois da adesão de muitos carlistas ao governo, em 2011, entre os últimos movimentos na consolidação da hegemonia de Wagner está o empreendido por Otto Alencar

a fim de articular o PSD na Bahia, partido que está sendo construído nacionalmente e vai abrigar mais uma leva de adesistas ao governo do PT.

Sobre os limites para o rompimento com elementos enraizados na história brasileira, com seus traços de autoritarismo e clientelismo, Baquero e Castro (1996: 38) observam que “a reversão do quadro e construção de uma cultura política crítica e consciente não são empresas para curto ou médio prazos. São valores e conceitos que devem ser aprendidos ao longo do tempo, e que podem consumir gerações para serem construídos”.

Reconhecida a complexidade sobre a operação de mudanças no campo da cultura que não sejam de longo prazo, em uma análise preliminar, e dentro da limitação temporal do estudo, o que é possível vislumbrar no novo comando da política baiana é o aspecto fortemente conflituoso de suas práticas, que aliam categorias reprodutoras de uma “velha cultura política”, que outrora combatiam, com outras categorias, que carregam potencialmente sinalizações para novas condutas. Tais ações, talvez, no caso de uma abordagem otimista, possam apontar, a longo prazo, para a construção de uma nova tradição política no Estado fundada em outros marcos que não os hegemônicos no período de supremacia carlista.

Já em uma visão pessimista sobre os elementos postos em questão, destaca-se sinais de perpetuação e repetição de práticas da velha cultura política, tradicional e cheia de vícios. Tal traço de tensão parece ingrediente comum em coalizões políticas para governabilidade, que agregam em torno de si, em uma sintonia fina de interesses, qualquer tipo de composição e arranjo político com vistas ao poder, para o bem ou para o mal, a depender do ponto de vista.

6- Referências

BANCK, Geert. **Cultura Política Brasileira: que tradição é esta?** Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte: UFMG, janeiro de 1993, n° 76, p. 41-53.

BAQUERO, Marcello. Os desafios na construção de uma cultura política democrática na América Latina: Estado e partidos políticos. In BAQUERO, Marcello. **Cultura Política e Democracia. Os desafios das sociedades contemporâneas**, p. 26-41, Porto Alegre: Ed. UFRS, 1994.

_____, PRÁ, Jussara Reis. **A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed UFRGS, 2007.



_____, CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de, GONZALEZ, Rodrigo (Org). **A construção da democracia na América Latina: estabilidade democrática, processos eleitorais, cidadania e cultura política**. Porto Alegre/ Canoas: Ed. UFRGS/Centro Educacional La Salle de Ensino Superior, 1999, p.30-49.

_____, CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de. A erosão das bases democráticas: um estudo de cultura política. In. BAQUERO, Marcelo (Org). **Condicionantes da consolidação democrática: ética, mídia e cultura política**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1996, p. 11-39.

BOBBIO, Noberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Ed. UNB, 5º edição, 2000.

BUARQUE DE HOLANDA, Sergio. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de. Cultura política, democracia e hegemonia: uma tentativa de explicação do comportamento político não-democrático. In. BAQUERO, Marcello; CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de; GONZALEZ, Rodrigo (Org). **A construção da democracia na América Latina: estabilidade democrática, processos eleitorais, cidadania e cultura política**. Porto Alegre/ Canoas: Ed. UFRGS/Centro Educacional La Salle de Ensino Superior, 1999, p.30-49.

COUTINHO, Carlos Nelson Coutinho. **Gramsci, o marxismo e as ciências sociais**. In: Id. *Marxismo e política*. São Paulo: Cortez, 1992, p. 91-120.

DAMATTA, ROBERTO. **O que faz o brasil, Brasil?**. Rio de Janeiro: Editora Sala, 1984.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. Caminhos e atalhos: autonomia política, governabilidade e governança em Salvador. In: IVO, Anete Brito Leal (org.) **O poder da cidade. Limites da governança urbana**. Salvador: Edufba, 2000, p. 51-83.

_____. *Carlismo e oposição na Bahia pós-carlista*. Salvador, janeiro de 2000.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder – formação do patronato político brasileiro**. 7.ed. Rio de Janeiro: Globo, 1987, v. 1.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991;

_____. **Cadernos do Cárcere. Maquiavel, notas sobre o estado e a política**, Volume 3. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000;

LAMOUNIER, Bolivar e SOUZA, Amaury. **A feitura da nova constituição: um exame da cultura política brasileira**. Planejamento e políticas públicas. IPEA, nº 2, dez., 1994.

LIMA, Fernando de Roque. **Expedientes patrimonialistas na cultura política brasileira: alguns exemplos observados em Salvador**. Sitientibus, Revista da Universidade Federal de Feira de Santana (Uefs), n 14, p 23-43, 1996.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. Ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MOISÉS, José Álvaro. **Os brasileiros e a democracia. Bases sócio-políticas da legitimidade democrática**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

RUBIM, Antonio Albino Canelas Rubim. Poder Mídia e política na Bahia. In: RUBIM (org). **Mídia e eleições 2000 em Salvador**. Salvador: Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Comunicação: EDUFBA, 2002. P. 11-31.

_____. Novas configurações das eleições no Brasil Contemporâneo. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org). **Mídia e Eleições 98**. Salvador: Editora Universitária/ UFPB, FACOM/UFBA, 2000.

_____. **Comunicação e Política**. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

VASCONCELOS, Nilton Vasconcelos. **Partidos e políticos na cidade do Salvador: carlismo e anticarlismo**, 2000 (texto inédito).

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1991.